

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.781, DE 2012

(Do Sr. Ângelo Agnolim)

Altera a Lei nº 10.191, de 14 de fevereiro de 2001, para tornar obrigatória a utilização da modalidade pregão eletrônico nas licitações para aquisição de bens ou contratação de serviços comuns na área de saúde.

Autor: Deputado ÂNGELO AGNOLIM

Relatora: Deputada SUELI VIDIGAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Ângelo Agnolim, de meu Partido, tem por objetivo estabelecer a modalidade licitatória denominada “pregão eletrônico” como a adotada obrigatoriamente nas compras de bens ou contratação de serviços comuns da área de saúde, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

O emprego compulsório dessa modalidade, segundo o autor da medida, restringiria as possibilidades de conluio e direcionamento das licitações, com aumento da transparência, agilidade e economicidade nas contratações públicas, não se justificando a liberalidade dada, pela legislação atual, ao gestor quanto à adoção facultativa do pregão eletrônico.

A matéria, que tramita sob o rito ordinário, foi distribuída para apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, o projeto não recebeu emendas no decurso do prazo regimental.

É o Relatório.

II – VOTO DA RELATORA

De acordo com o inciso XVII do art. 32 do Regimento Interno, alíneas “a”, “c” e “d”, compete à Comissão de Seguridade Social e Família, manifestar-se sobre assuntos relativos à saúde, política e processo de sua planificação. Encontrando-se a proposição em seu âmbito temático, passo à manifestação, pois, acerca do mérito da proposição em comento.

É da competência privativa da União, segundo o inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, o que desde já, afasta qualquer alusão de possível ofensa do projeto ao Pacto Federativo.

É dizer, cabe mesmo à lei federal, por imposição constitucional, legislar sobre o assunto em questão.

De outro lado, constituindo, de mesmo modo, preceito constitucional que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devam obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (*caput* do art. 37, CF), não há negar o mérito da proposição, na medida em que a modalidade licitatória que se pretende obrigatória concretiza referidos princípios com maior rigor, mormente em face da área a que se destina, que é a área da saúde.

Contudo, tratando-se de sugestão que, por sua redação, derroga obrigação legal dos entes federativos realizarem as aquisições de bens e de serviços mencionados preterindo o sistema de registro de preços que, ao nosso ver, deve ser prestigiado, apresento texto alternativo para, mantendo a proposta original do Deputado Agnolim, ressaltando os casos de impossibilidade técnica de realização, estabeleçamos a obrigatoriedade de aquisições por pregão por meio eletrônico.

Assim, podemos harmonizar dois sistemas que prestigiam a economicidade, segurança e celeridade de aquisições em área tão cara à população brasileira, razão pela qual, ante todo o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 3.781, de 2012, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2013.

Deputada SUELI VIDIGAL
Relatora

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.781, DE 2012

Altera a Lei nº 10.191, de 14 de fevereiro de 2001, para tornar obrigatória a utilização da modalidade pregão eletrônico nas licitações para aquisição de bens ou contratação de serviços comuns na área de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.191, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-B:

“Art. 2º-B Quando não for possível a utilização do sistema de registro de preços, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, salvo impossibilidade técnica devidamente demonstrada, adotarão a modalidade do pregão por meio eletrônico nas licitações destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, aplicando-se, no que couber, o disposto nos incisos I e II do art. 2-A desta Lei.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2013.

Deputada SUELI VIDIGAL
Relatora